



# Os convocados

Olavo Pires de Camargo<sup>I</sup>, Luiz Eugênio Garcez Leme<sup>II</sup>

Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

Nesses primeiros meses do ano, duas convocações chamaram a atenção de todos nós: a convocação para a segunda fase dos exames vestibulares mais disputados e a convocação para a Seleção Brasileira de Futebol, reformatada pelo Felipão. Talvez haja, além da ansiedade provocada, algumas outras coincidências entre ambas.

Poucos de nós questionamos os critérios de escolha para a convocação da seleção. Devem ir os melhores, evidentemente com as dúvidas pertinentes (ainda vale a pena convocar o Robinho ou o Kaká?) e as certezas universais (o Neymar de fora nem pensar!).

Já quanto ao critério da convocação para a Universidade, a situação não é tão pacífica. Estamos vivendo a cultura de uma avaliação diferenciada por critérios antropológicos e sociológicos que, além de correr o risco de fugir da meritocracia, sistema que a Universidade adota desde sua origem, pode se prestar a comportamentos oportunistas e demagógicos.

O que se observa em muitas instituições é uma verdadeira corrida atrás do “politicamente correto” (e ai dos que esboçam alguma objeção, esses “aristocratas reacionários”), muitas vezes de maneira atabalhoada.

As instituições federais podem se esconder atrás das determinações do governo, adotando-as de maneira acrítica ou tentando alguns recursos “de manga”, como é o de aumentar as vagas no limite dos alunos admitidos pelas vagas raciais ou de ensino público que, de fato, seriam admitidos como extras.

Algumas instituições estaduais tentam um meio termo, inicialmente concedendo um “bônus” aos provenientes do ensino público e agora propondo a criação de uma versão tupiniquim dos *colleges*, uma espécie de instituição transitória que receberia esses alunos provenientes do ensino público para tentar capacitá-los a acompanhar, posteriormente, a dinâmica universitária.

Apesar de desconfortável e triste, a comparação entre os critérios de convocação se impõe.

Na convocação da seleção, escolhem-se, dentre muitos, aqueles que mais se destacaram para finalmente serem escalados os 22 atletas que, por mérito próprio, irão participar do Mundial. Muitos atletas veem nisso a sua consagração profissional, não

medindo esforços físicos e mentais para serem os felizes selecionados. A vida deles e de suas famílias certamente melhorará após esta convocação.

Imaginemos que, neste clima, o governo decretasse que, das 22 vagas, 8 seriam reservadas àqueles jogadores sem a mesma aptidão técnica e física, mas que também teriam o direito de ser convocados. Para tal, seria feito um treinamento intensivo especial para que melhorassem o seu desempenho. Dessa maneira, mesmo com a inevitável queda de produção desta utópica seleção, o que aumentaria notavelmente a chance de fracasso no Mundial, estaríamos dando oportunidade a todos os jogadores brasileiros independentemente de sua capacitação profissional.

Muitos de nós, técnicos amadores como quase 200 milhões de brasileiros, bradaríamos que isto seria um suicídio e que a solução passa por se investir nas categorias de base para que todos pudessem melhorar, e assim a escolha fosse universal e justa.

O mesmo raciocínio poderia ser aplicado à outra “convocação”. O critério de mérito está na base de toda a estrutura universitária nos últimos nove séculos, e é desta forma que o ideal universitário e o serviço que a Universidade presta à sociedade se mantêm.

É evidente que o direito a aprender deve ser de todos e isso também não é estranho à Universidade, que foi possivelmente a primeira instituição leiga a colocar lado a lado nobres e plebeus, nativos e estrangeiros, baseando-se no único critério de conhecimento e capacidade de aprendizado e desenvolvimento intelectual.

O interessante é que, mesmo entre nós, os “aristocratas retrógrados”, encontram-se muitos oriundos de famílias pobres, de minorias raciais, de imigrantes locais ou estrangeiros que, mesmo não tendo cultura, tiveram a sabedoria de colocar todas as forças em fazer os filhos estudar, em “formar” um filho “doutor”, que passou a ser o orgulho e a referência de todo um grupo familiar. E o mais importante, por mérito próprio e participação cidadã, sem favor algum.

Muitos de nós podemos nos lembrar de um tempo, não tão distante assim, em que o ensino público era de boa qualidade,

<sup>I</sup>Professor titular e chefe do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

<sup>II</sup>Professor associado II do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

às vezes melhor do que o ensino privado, possibilitando uma competição leal nos exames de acesso.

Com o tempo e o desleixo, principalmente das autoridades, o magistério foi desprezado, deixando de ter qualquer atrativo para profissionais com quaisquer outras opções. Com isso, o ensino público entrou em colapso, chegando à condição precária de degradada que assistimos.

Por outro lado, a degradação não se instala, nessas condições, apenas na qualidade do aprendizado, mas se reflete na incompetência em desenvolver virtudes, uma das principais funções do educador. Desta maneira, o individualismo, o salve-se quem puder, o ser mais malandro, aceita agradecido medidas de exceção institucionalizadas, desde que sejam a seu favor e passam a buscar com carinho aquela avó mestiça que não era valorizada ou a bisavó que diziam ser índia, fato que agora pode trazer algum benefício.

É evidente que temos agora nas mãos uma geração muito mal formada em matérias de ensino médio e não apenas nisso, mas em valores humanos, e isso independe do ensino público ou privado. Teremos que fazer alguma coisa sob a pena de esta condição se cronificar e se agravar.

O que, no entanto, deveria estar claro é que este é um problema imanente em nossos dias com causas e tratamentos evidentes, e que mudar conceitos transcendentais da alma universitária não é a solução e não pode ser vista como definitiva ou mesmo razoável.

A solução passa por uma revalorização do magistério, do oferecimento de educação pública de qualidade e em tempo integral, de suporte acadêmico e humano para os alunos. Sem isso, corremos o risco de perder outras tantas gerações.

As duas convocações poderão ser melhores quando nos dedicarmos às categorias de base.

## INFORMAÇÕES

Endereço para correspondência:

Olavo Pires de Camargo

Rua Barata Ribeiro, 490 – 3ª andar – conj. 33

Bela Vista – São Paulo (SP)

CEP 01308-000

Tel. (11) 3123-5620

E-mail: olapcama@uol.com.br

Fonte de fomento: nenhuma declarada

Conflito de interesse: nenhum declarado

Data de entrada: 7 de janeiro de 2013

Data da última modificação: 8 de janeiro de 2013

Data de aceitação: 1ª de fevereiro de 2013